

A (in) existência do dever de prestar contas na hipótese de abuso de direito ao usufruto legal e à administração dos bens dos filhos menores impúberes

BOLSISTA: HALANDRA ARAUJO FERREIRA
ORIENTADORA: PROF.ª DRA. SIMONE TASSINARI CARDOSO
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o dever de prestar contas nos casos em que se verifica o abuso dos direitos dos pais no exercício das obrigações enunciadas no artigo 1.689 do Código Civil Brasileiro. Para tanto, faz-se necessário observar o instituto do usufruto, em especial as garantias e obrigações legais do usufrutuário e os instrumentos adequados para amparar o nu-proprietário, ambos sob a perspectiva do abuso de direito. Ainda, importante analisar em tal caso a viabilidade da ação de exigir contas, prevista no artigo 550 do Código de Processo Civil de 2015.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Ainda, destaca-se a relevância do presente estudo, pois verificou-se que há na doutrina e jurisprudência brasileira poucas discussões a respeito do assunto. Entretanto, devido ao potencial argumentativo dos institutos civis e processuais mencionados, a legislação vigente dispõe de mecanismos para reflexões acerca da temática.

METODOLOGIA

No que concerne à metodologia de pesquisa aplicada, utilizar-se-á o método dedutivo, porquanto o trabalho visa examinar um problema jurídico através de premissas para se chegar a conclusões a respeito do objeto, juntamente com pesquisa bibliográfica para fins de argumentação. Ainda, analisar-se-á a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.623.098, na qual versa sobre o tema em análise. Ressalta-se que até o presente momento não existem conclusões acerca das questões apresentadas na pesquisa, uma vez que encontra-se em fase inicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LÔBO, Paulo. Direito Civil: volume 5; famílias. 8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação 2018.
- FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de Direito Civil: reais / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald – 14ª ed. ver., ampl e atual. – Salvador: ed. JusPodvum, 2017.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados, volume 3 / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mididiero. – 3 ed. ver., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.